

Exmº Senhor

**Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização,
Poder Local e Habitação**

No passado mês de dezembro, de 2 a 14, decorreu em Katowice, na Polónia, a 24.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas - COP24, o primeiro encontro com expectativa de resultados concretos no âmbito do processo de negociações climáticas desde a COP21 em Paris, 2015.

No dia 4 desse mesmo mês de dezembro, o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética apresentou publicamente o RNC – 2050 ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA.

Para o Governo, o seu objetivo traduz-se na identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050, uma vez que as alterações climáticas foram encaradas como as principais ameaças ambientais da atualidade no programa do atual Governo.

Assim, tendo em conta a ação ambiental da União Europeia, que se reflete nas políticas adotadas como forma de prevenção, em três fases distintas: até 2020, até 2030, e até 2050, e os desafios para a COP24, cujo objetivo de maior relevo era a elaboração e adoção de um pacote de decisões que garanta a plena implementação do Acordo de Paris, entende o PSD ser da maior relevância que o Sr. Ministro do Ambiente venha junto desta Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação dar conta do trabalho desenvolvido pelo nosso País nesta tão importante matéria; nomeadamente:

os estudos e análises que estiveram na base da elaboração do roteiro, o seu enquadramento, formas de análise e decisão de trajetórias alternativas, opções

constantes do mesmo, calendarização de execução, participação e contributos adquiridos e a adquirir, monitorização e atualização constante do mesmo de acordo com a celerada evolução das alterações aqui em causa, e outras análises que se mostrem relevantes.

A Assembleia da República é, por excelência, o Órgão de Soberania Legislativo, mas tem também uma ação fiscalizadora sobre a atuação do órgão Executivo do País, o Governo de Portugal.

Assim, atentos ao processo em curso, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, solicitam a audição nesta Comissão, do **Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética**.

Palácio de S. Bento, 4 de janeiro de 2019

Os Deputados

António Costa da Silva

Jorge Paulo Oliveira

Bruno Coimbra

Manuel Frexes

António Topa

Berta Cabral

Emília Cerqueira

Germana Rocha

Maurício Marques

Carla Barros

Ângela Guerra

António Lima Costa

Bruno Vitorino

Emília Santos

Isaura Pedro

José Carlos Barros

Sandra Pereira